

22 de agosto de 2019

033/2019-VOP

OFÍCIO CIRCULAR

Participantes dos Mercados da B3 e Demais Interessados

Ref.: Limites de Concentração de Posição em Aberto para Grupos de Comitentes na Câmara BM&FBOVESPA

A Instrução CVM 283, de 10/07/1998, que dispõe sobre os mercados de liquidação futura, determina, entre outros, o estabelecimento de limites de posição e de contratos em aberto para esses mercados.

Em consonância com o disposto na Instrução CVM 283/1998, o Manual de Administração de Risco da Câmara de Compensação e Liquidação da BM&FBOVESPA estabelece, em seu capítulo 5, os critérios utilizados pela Câmara para a aplicação dos limites de concentração de posição em aberto.

São definidos limites de concentração de posição em aberto para os contratos derivativos e de empréstimo de ativos, os quais se aplicam às posições descritas abaixo.

- Posições de titularidade de um mesmo comitente registradas sob a responsabilidade de determinado participante de negociação pleno (PNP) ou participante de liquidação (PL).
- Posições de titularidade de um mesmo comitente registradas sob a responsabilidade de mais de um PNP ou PL.
- Posições agregadas de titularidade de diferentes comitentes pertencentes a um mesmo “grupo de comitentes”, os quais são estabelecidos de acordo

com critérios definidos pela Câmara, registradas sob a responsabilidade de determinado PNP ou PL.

- Posições agregadas de titularidade de diferentes comitentes pertencentes a um mesmo “grupo de comitentes”, os quais são estabelecidos de acordo com critérios definidos pela Câmara, registradas sob a responsabilidade de mais de um PNP ou PL.
- Posições agregadas de titularidade de diferentes comitentes registradas sob a responsabilidade de um mesmo PNP ou PL.

Para cada contrato derivativo ou de empréstimo de ativos são estabelecidos dois limites:

- Limite 1 – violação do limite implica em cobrança de margem adicional; e
- Limite 2 – violação do limite implica em redução compulsória da posição que excedê-lo em prazo estabelecido pela Câmara. Adicionalmente, a Câmara poderá decidir por: (i) cobrança de margem adicional; e/ou (ii) cobrança de multa.

A Câmara poderá analisar a solicitação do participante para dispensa de enquadramento aos limites de concentração de posição em aberto caso a situação seja prevista no Manual de Administração de Riscos.

Em vista do disposto no art. 5º da Instrução CVM 283/1998, a Câmara monitora diferentes tipos de “grupos de comitentes”. Para a exigência de enquadramento do “grupo de comitentes” aos limites de concentração de posição em aberto, a Câmara avalia se os comitentes pertencentes ao grupo: (i) atuam em conjunto, e/ou (ii) possuem o mesmo centro decisório para fins de realização de operações em mercado, e/ou (iii) representem o mesmo interesse a exclusivo critério da Câmara ou da CVM.

Para determinados tipos de “grupo de comitentes”, a exigência de enquadramento aos limites de concentração de posição em aberto é feita de forma automática. Para outros, depende de processo de avaliação que considera, entre outros insumos, informações fornecidas pelo PNP ou PL à

Câmara e informações obtidas pela Câmara de outras maneiras, tais como o grau de sincronia entre as operações realizadas pelos diversos comitentes envolvidos e histórico de atuação desses em mercado. Ao final do processo, cabe à Câmara a decisão sobre o enquadramento ou não do “grupo de comitentes” ao limite de concentração de posição em aberto.

A tabela a seguir apresenta os diferentes tipos de “grupo de comitentes” utilizados pela Câmara, indicando se a exigência de enquadramento se dá de forma automática ou depende de avaliação pela Câmara.

Tipo de “grupo de comitentes”	Exigência de enquadramento
Comitente e seus veículos de investimentos exclusivos.	Automática
Conglomerado prudencial definido pelo Banco Central do Brasil, de controle nacional ou estrangeiro, incluindo seus administradores, conselheiros e respectivos veículos de investimento.	Automática
Titulares de carteiras administradas geridas por um mesmo administrador de carteira, com ou sem exclusividade.	Automática
Conglomerado financeiro de controle nacional ou estrangeiro, isto é, o conjunto de entidades financeiras vinculadas, direta ou indiretamente, por participação acionária ou por controle operacional efetivo, domiciliadas no Brasil ou no exterior, caracterizadas pela administração ou gerência comum ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial, ou ainda que mantenham vínculos contratuais e/ou administrativos. Este grupo inclui o conglomerado prudencial definido pelo Banco Central do Brasil.	Avaliação pela Câmara
Planos e veículos de investimento de seguradora.	Avaliação pela Câmara

Tipo de “grupo de comitentes”	Exigência de enquadramento
Planos e veículos de investimento de entidade de previdência.	Avaliação pela Câmara
Fundos e carteiras administradas geridos por gestora de recursos nacional.	Avaliação pela Câmara
Fundos e carteiras administradas geridos por gestora de recursos internacional.	Avaliação pela Câmara
Empresas controladoras, suas subsidiárias, controladas e coligadas, bem como seus administradores, conselheiros, controladores e respectivos veículos de investimento.	Avaliação pela Câmara
Cônjuges, companheiros e parentes consanguíneos ou afins até segundo grau (mãe, pai, filhos, sogros, enteados, avô, avó, irmãos, netos e cunhados).	Avaliação pela Câmara
Outros grupos a critério da Câmara.	Avaliação pela Câmara

O procedimento de monitoramento e enquadramento de “grupos de comitentes” para fins de limite de concentração de posição em aberto adotado pela Câmara é descrito a seguir.

- a) A Câmara monitora, diariamente, a adequação de todos os “grupos de comitentes” constantes em seu Sistema de Gerenciamento de Grupos aos limites de concentração de posição em aberto.
- b) Caso um “grupo de comitentes” (i) apresente violação de um limite de concentração de posição em aberto e (ii) possua exigência de enquadramento “automática”, a Câmara exige o enquadramento no prazo de dois dias úteis.
- c) Caso um “grupo de comitentes” (i) apresente violação de um limite de concentração de posição e (ii) não possua exigência de enquadramento

“automática”, a Câmara adota o processo de avaliação descrito pelos incisos a seguir.

- d) A Câmara questiona os comitentes pertencentes ao grupo, formalmente, por intermédio do(s) PNP(s) ou PL(s) por eles responsável(veis), se tais comitentes (i) atuam em conjunto, e/ou (ii) possuem o mesmo centro decisório para fins de realização de operações em mercado, e/ou (iii) representam o mesmo interesse, devendo a resposta ser encaminhada à Câmara, por intermédio do(s) respectivo(s) PNP(s) ou PL(s), no prazo de dois dias úteis.
- e) Se a resposta for afirmativa para pelo menos um dos itens (i), ou (ii) ou (iii) do inciso (d), a Câmara exige o enquadramento do “grupo de comitentes” no prazo de dois dias úteis.
- f) Se a resposta for negativa para todos os itens (i), (ii) e (iii) do inciso (d) e os demais insumos do processo de avaliação constituírem-se de evidências do contrário, de acordo com exclusivo julgamento da Câmara, a Câmara informará o(s) respectivo(s) PNP(s) e PL(s) envolvidos e exigirá o enquadramento do “grupo de comitentes” aos limites de concentração de posição em aberto dentro do prazo de dois dias úteis.

Em situações excepcionais e mediante justificativa, a Câmara poderá analisar a solicitação do participante para plano de enquadramento mais longo do que os prazos previstos no procedimento anterior.

Caso o enquadramento de excesso de limite L1 por “grupo de comitentes” ocorra por depósito de margem adicional determinado pela Câmara, o valor da margem adicional requerida de cada comitente pertencente ao grupo deverá ser proporcional a sua posição em relação à posição agregada do “grupo de comitentes”.

A inobservância dos limites de concentração de posição em aberto, exceto nos casos de concessão de dispensa pela Câmara, é considerada falha no

cumprimento de obrigações pelo comitente e/ou “grupo de comitentes” e pelos participantes responsáveis pelas posições, de acordo com o Artigo 126, Seção I, do Capítulo V do Regulamento da Câmara BM&FBOVESPA. O Artigo 155, Seção VI, do mesmo capítulo elenca as providências que a Câmara pode tomar em caso de inobservância de limites operacionais.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos com a Gerência de Operações de Administração de Riscos, pelo telefone (11) 2565-5031.

Cícero Augusto Vieira Neto
Vice-Presidente de Operações,
Clearing e Depositária

Daniel Sonder
Vice-Presidente Financeiro, Corporativo e
de Relações com Investidores